

FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE ENTIDADES DA
SOCIEDADE CIVIL

Ivaí Lopes Barroso

PROBLEMA

**Dificuldade em acessar o programa habitacional do Governo Federal
Minha Casa Minha Vida Entidades.**

ATOR QUE DECLARA O PROBLEMA:

Associação dos Afrodescendentes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão Avaliadora como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de Especialização Estado, Políticas Públicas e Gestão de Entidades da Sociedade Civil, pela Fundação Santo André.

Monitora: Maria Cristina Briani

Santo André
2016

Sumário

1. Indicação da situação-problema e Fluxograma explicativo	1
Situação Problema	1 / 1
Fluxograma Explicativo.....	2 / 1
2. Comentários analítico-conceituais sobre nós explicativos	1 / 2
3. Árvore do problema.....	1 / 3
4. Plano de Ação.....	1/4
5. Análise de Atores	1 / 5
6. Análise de Riscos e Fragilidades	1 / 6
7. Considerações Finais	1 / 7
8. Referências bibliográficas	1 / 8
Apêndices	1/9

1. Indicação da situação-problema e Fluxograma explicativo

Situação Problema

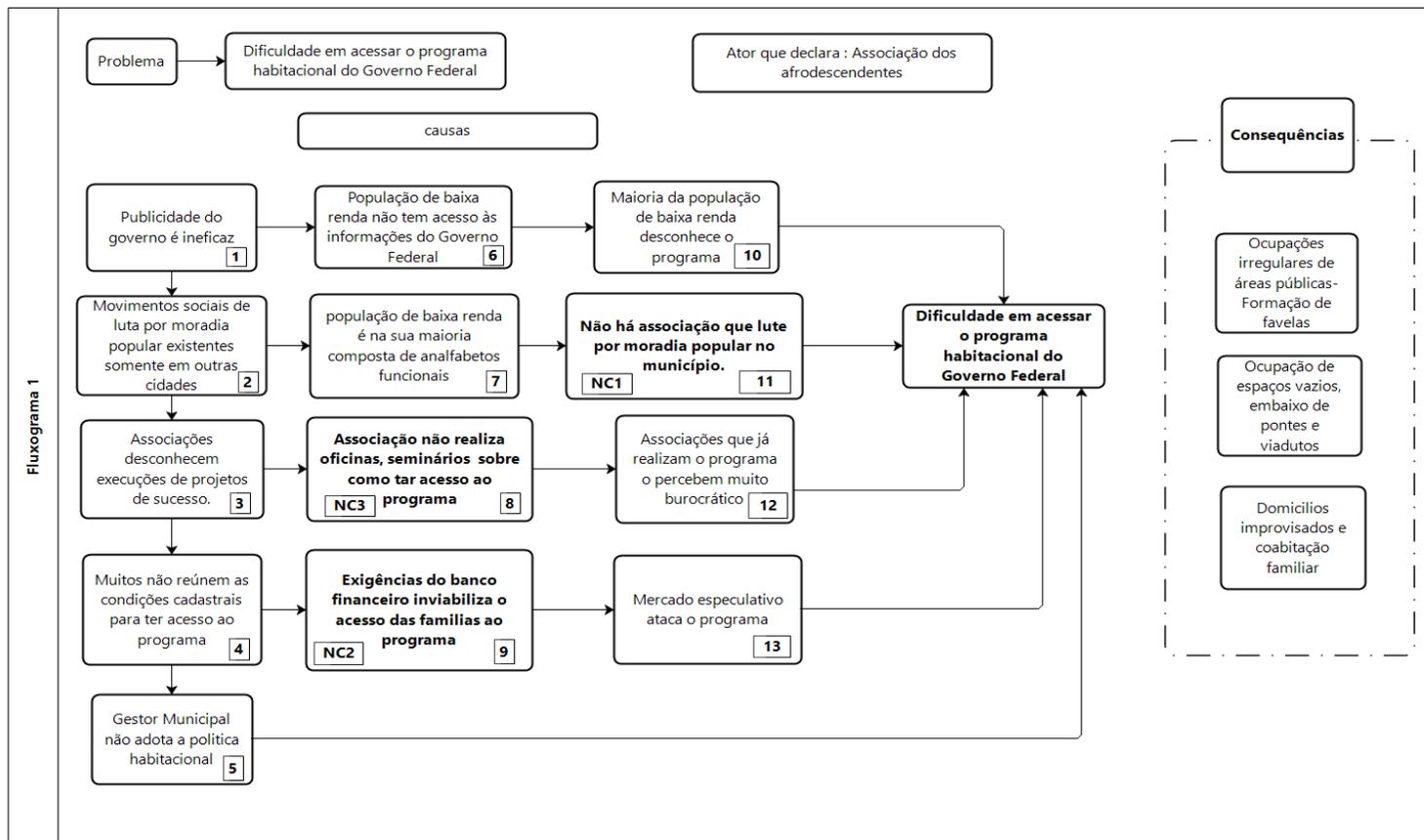
É evidente que o Estado atual não consegue e nem deseja solucionar o problema da falta de moradias. As classes possuidoras estão totalizadas no poder organizado do Estado em conjunto com os proprietários de terras, dos capitalistas e que se deparam em confronto com as classes marginalizadas que são os agricultores e os trabalhadores. Neste sentido de luta que o problema apresentado se faz importante. A busca por moradia pela entidade da sociedade civil se vê de frente com a boa nova apresentada pelo governo progressista do PT para remediar o problema da moradia no Brasil. Enfrentar a burocracia para a obtenção do recurso oferecido pelo Estado para a construção e execução do projeto “Minha Casa Minha Vida Entidades” se torna um desafio para estas entidades que lutam por moradias, justamente porque na sua maioria são formadas por membros de movimentos populares que geralmente são da esquerda política atuante no país.

Pelo paradigma lógico o que não querem os capitalistas individuais o seu Estado também não quer para a população. Sobretudo, o pensamento individual capitalista evidencia o problema da escassez de moradia, raramente fará alguma coisa para abrandar as consequências funestas desse problema. O Estado também não moverá grandiosos projetos para solucionar as consequências para isso, quando muito, as providências que tomará servirão somente para dissimular superficialmente, o que se tornou usual no campo global.

Com isso, os principais problemas que podem acontecer são o da exclusão imediata do acesso à moradia das pessoas mais pobres, acarretando vários problemas sociais que vão desde a violência até a morte dessas pessoas, que vivem em estado de vulnerabilidade social, a não garantia de moradia digna para essas pessoas, o uso pelas grandes construtoras dessas áreas que deveriam estar em acordo com a função social da terra, e acabam sendo fruto de ganância do mercado.

Portanto, ao analisar o problema, constatamos que o acesso a linhas de crédito para projetos do Minha Casa, Minha Vida Entidades deve ser facilitado para que pessoas de baixa renda possam realizar seus sonhos que é o de ter uma casa própria e digna para morar.

Fluxograma Explicativo



2. Comentários analítico-conceituais sobre nós explicativos

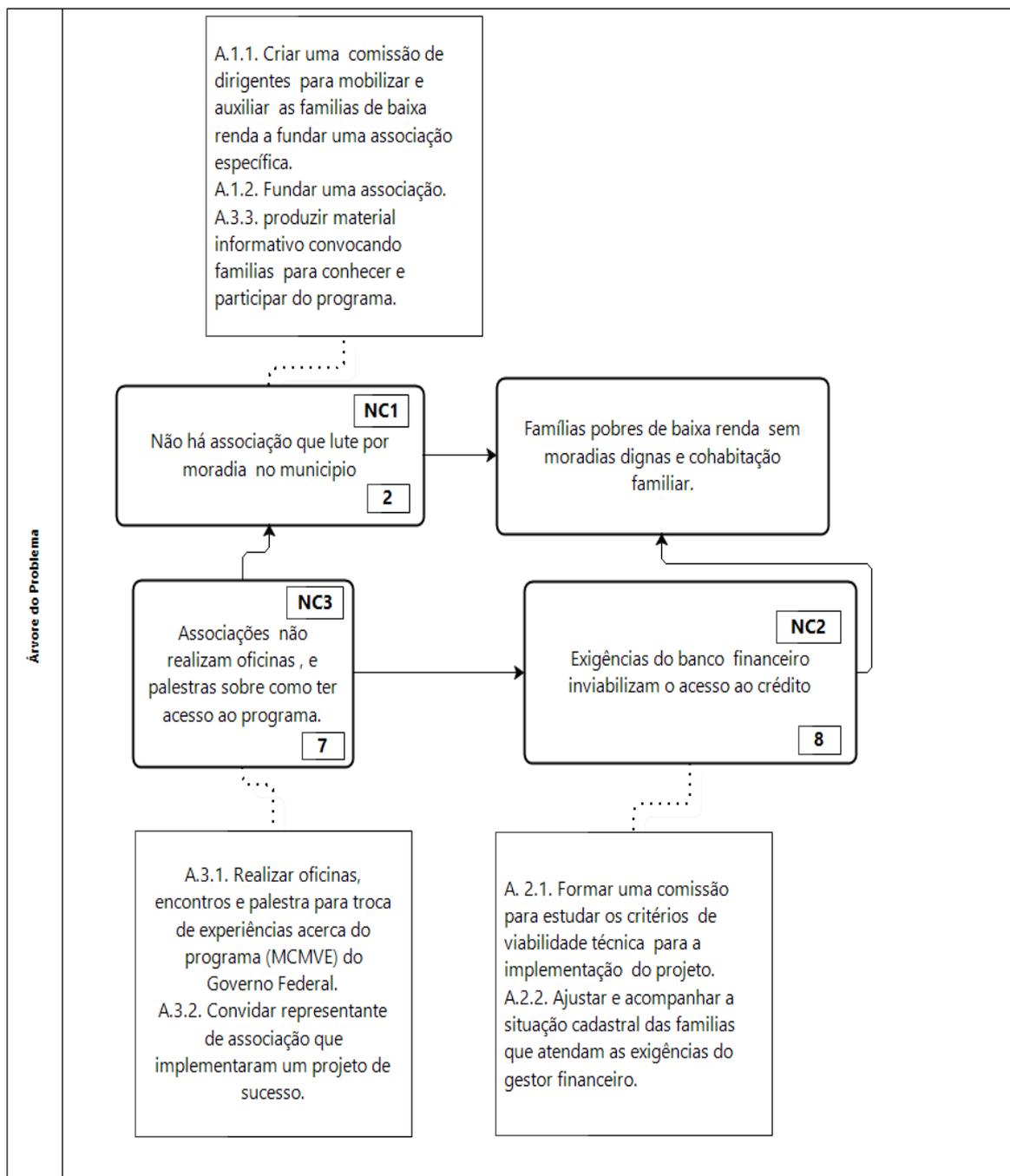
Os problemas ora apresentados pela Associação dos Afrodescendentes são evidenciados em um pequeno município de aproximadamente 48.000 habitantes e apresentam três emblemáticos nós críticos que apontados à resolução poderão solucionar ou equacionar as dificuldades do déficit habitacional local.

O primeiro nó crítico (NC1) que aparece no fluxograma explicativo da pagina 2/1 foi verificado após a entidade realizar uma pesquisa no município quanto à existência de associações que de fato estivessem de alguma forma tentando solucionar o problema do déficit habitacional junto às camadas populares de baixa renda. A não existência verificada de associações no município no campo dos movimentos sociais que lutam por moradia popular e nem de outros campos com interesses exclusivamente financeiros elevou o nó crítico (NC1) à situação de maior problema apresentado pela associação dos Afrodescendentes, haja vista que o programa governamental exclusivamente atende entidades que lutem por moradias populares com subsídios acessíveis que atendem essa população. O nó crítico de certa forma solucionado poderia de fato viabilizar o acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMMVE) do Governo Federal. O primeiro passo da entidade foi então indicar uma comissão que trabalhasse a mobilização junto à população de baixa renda do município e buscasse subsídios nas experiências dos movimentos sociais que já atuam em outros locais, com fins de se fundar uma associação que lutasse de fato por essa empreitada. Cabe ressaltar que apesar da dificuldade em agregar pessoas com a mesma corrente de pensamento ou de interesses comuns, embora demande tempo, é possível e viável pelo fato do problema habitacional ter cargas valorativas tanto emocionais como no campo material da vida das famílias mais pobres.

Após apresentado o nó crítico nº1 principalmente como nó “alavanca” do processo para a adesão ao programa, o nó crítico nº 2 (NC2), chega para complementar as ações que motivassem a não desistência de acesso ao programa pelos futuros associados. Trabalhando diretamente no aspecto burocrático do processo, a tendência é que solucionadas as exigências descritas no NC2 a viabilidade aparece como uma real possibilidade de concentração de esforços para que a execução se torne possível. O nó apresenta um potencial de governabilidade pela associação tendo em vista que a coesão entre os seus membros poderia assimilar e cumprir etapas da proposta do projeto confeccionando um cadastro consistente conforme a legislação e as regras do programa.

O nó crítico nº 3 (NC3) aparece para a associação como com ponto referencial, ou seja, a busca pelo conhecimento dos aspectos que regem o programa governamental e as formas de acessá-lo. A solução através de encontros, palestras e oficinas servirão como trocas de experiências entre as associações contribuindo para a disseminação de conhecimentos técnicos e operacionais de recursos humanos para a gestão do projeto, uma vez que é percebido que depende da disponibilidade dos associados para trabalhar no modelo de autogestão exigido pelo programa. Também aparece como propositura de maior mobilização por parte da entidade.

Árvore do problema



3.1. PAINEL 1 - Árvore de problemas

Nó Crítico	Ações	Resultado das ações
NC 1 - Não há associação que lute por moradia no município.	A1.1. Criar uma comissão de dirigentes para mobilizar e auxiliar as famílias de baixa renda a fundar uma associação específica. A2.1. Fundar uma associação. A3.1. Produzir material informativo convocando famílias para conhecer e participar do programa.	Associação de representação privada, sem fins lucrativa, juridicamente fundada.
NC 2– Exigências do banco financeiro inviabiliza o acesso ao crédito	A2.1. Formar uma comissão para estudar os critérios de viabilidade técnica para a execução do projeto. A2.2. Adequar e acompanhar a situação cadastral das famílias que atendam as exigências do gestor financeiro.	Toda a informação para a execução prática e técnica compreendida pela comissão, pronta para disseminação aos associados.
NC 3 – Associações não realizam oficinas e palestras sobre como ter acesso ao programa.	A.3.1. Realizar oficinas, encontros e palestras para troca de experiências acerca do programa (MCMVE) do Governo Federal. A.3.2. Convidar representante de associações que realizaram um projeto de sucesso.	Prevenção de falhas técnicas e burocráticas dos projetos conhecidas pela maioria da associação, assim como causas que levaram a insucessos de outras associações.

4. Plano de Ação

PAINEL 2.1

NC 1 – Não há associação que lute por moradia no município

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos (meses)	Responsável
Criar comissões dirigentes para mobilizar e auxiliar as famílias de baixa renda a fundar uma associação específica.	Definir nomes dos coordenadores que farão parte da comissão.	Previsão de recursos no montante de R\$ 1.500,	Imediato	Presidente
Fundar uma associação.	<ol style="list-style-type: none"> 1 Realizar assembleias como as famílias de baixa renda. 2 Constituir chapas de representação da diretoria. 3 Registro em cartório de estatuto e ata de fundação da associação. 	Escrituração. Espaço para realização de assembleias. Recursos financeiros de R\$ 2.000,00 para custo de registros em cartório e outras demandas.	6	Secretário Geral da associação dos afrodescendentes
Produzir material	1. Produzir matéria junto às gráficas.	Financeiros para	2	Secretário de comunicação

informativo convocando famílias para conhecer e participar do programa.	2. Distribuição de informativos nos bairros e nas vilas onde se encontram as famílias de baixa renda e em situações de risco.	produção do material gráfico. Recursos financeiros de R\$ 3.000,00		
---	---	---	--	--

PAINEL 2.2

NC 2 – Exigências do banco financeiro inviabilizam o acesso ao crédito.

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos (meses)	Responsável
1. Formar uma comissão para estudar os critérios de viabilidade técnica para a implementação do projeto	Escolher os nomes que farão parte da comissão.	Financeiros para despesas com viagens e custo de hospedagens e alimentações R\$ 7.500,00	Imediato	Coordenador da comissão
2. Ajustar e acompanhar a situação cadastral das famílias que atendam as exigências do	1. Solicitar dos associados documentação exigida pelo programa. 2. Confeccionar o cadastro completo da associação.	Computadores, material de expediente para escrituração. Recursos financeiros para despesas fixas e	3	Membro da comissão.

gestor financeiro.		visitas as famílias R\$ 5.000,00		
-----------------------	--	--	--	--

PAINEL 2.3

NC 3 – Associações não realizam oficinas e palestras sobre como ter acesso ao programa.

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos (meses)	Responsável
Realizar oficinas, encontros e palestras para troca de experiências acerca do programa (MCMVE) do Governo Federal.	Organizar uma oficina. Confeccionar matéria de campanha e mídia.	Financeiros na ordem de R\$ 6.000,00.	12	Tesoureiro.
Convidar representante de associações que implementaram um projeto de sucesso.	Fazer contatos com outras associações.	Recursos com despesas e hospedagem e alimentação de palestrantes R\$ 4.500,00.		Secretário de política externa

5. Análise de Atores

PAINEL 3.1

Ação 1.1 – ESCREVER A AÇÃO

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Presidente da associação.	Coordenação e gestão política da associação.	Pouca atuação junto à sociedade. Dificuldades em controlar o risco de imagem da entidade.	Incentivando os membros da associação a construir o projeto de extensão.	Limitações político-partidárias e corrente de pensamento contrária à atuação na estratégia de abrir o leque de atuação da entidade.	Esclarecendo com dados estatísticos que é necessário realizar o projeto por uma questão de cidadania e dinâmica social. Cobrar a sua atuação junto à sociedade e outras representações.
Secretário Geral	Escrituração e acompanhamento dos prazos estabelecidos	Descumprimento do prazo para fundação da associação. Fraca atuação na entidade.	Coordenar equipe para mapeamento das famílias de baixa renda.	Não realizando as ações para cumprir os prazos combinados entre a equipe de trabalho.	Solicitar relatórios da atuação e dificuldades para atuação em conjunto com outros membros da comissão.

PAINEL 3.2

Ação 1.2 – ESCREVER A AÇÃO

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Secretário Geral	Escrituração e acompanhamento dos prazos estabelecidos	Descumprimento do prazo para fundação da associação.	Ser ágil nas convocações e realizações das assembleias para a fundação da associação.	Direcionando as ações por interferências políticas e pessoais, destoando os objetivos.	Escrever
Tesoureiro	Fluxo de caixa	Poucos recursos financeiros. Dificuldades em gestão.	Realizando campanhas entre os associados para arrecadação de fundos necessários para o início do projeto. Buscando parcerias.	A falta de empenho e atuação no acompanhamento da gestão dos recursos. Não priorizar recurso para o projeto.	Solicitando a realização das etapas conforme o prazo estipulado. Incentivar a liberação de recursos específicos para a atuação

PAINEL 3.2

Ação 1.3 – ESCREVER A AÇÃO

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Secretário de Comunicação	Comunicação através da mídia impressa, visual e redes sociais.	Recursos escassos e deficiência na atuação frente aos prazos.	Elaborando uma campanha de mídia que envolva a população de baixa renda esclarecendo a necessidade de lutar pela implementação do projeto.	Elaborando uma campanha que não convença a população da real necessidade de lutar em coletivo pela moradia popular.	Capacitá-lo se preciso for, para que monte uma equipe que lance uma estratégia de mídia constante com foco no programa e que seja direcionado ao público alvo.

PAINEL 3.3

Ação 2.1 – ESCREVER A AÇÃO

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Coordenador da comissão	Coordenação e autonomia nas decisões.	Escrever	Conhecer a fundo o programa. Debater com a equipe a viabilidade do projeto e se é possível implementá-lo nas condições atuais.	Não elaborando parecer e relatórios do programa global de impactos regional com a equipe.	Solicitar o cumprimento dos estudos realizados pela comissão.

PAINEL 3.4

Ação 2.2 – ESCREVER A AÇÃO

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Membro da comissão	Materiais de escrituração computadores	Conhecimento limitado sobre confecção de cadastro. Informações imprecisas no cadastramento das famílias.	Acompanhado e atualizando eventualmente os cadastros. Realizando curso para capacitação de confecção de cadastros e banco de dados.	Negligência e não observância em inserir no sistema de escrituração os dados corretos das famílias.	Conscientizá-lo sobre a necessidade de ter os dados cadastrais atualizados e fiéis das famílias para que elas não tenham expectativas frustradas ao saber futuramente que não podem fazer parte do programa por erros nas informações necessárias no cadastro exigidas pelo programa.

PAINEL 3.5

Ação 3.1 – ESCREVER A AÇÃO

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Membro da equipe	Comissão de organização de eventos.	Centralização das decisões na organização das atividades de organização e formatos das oficinas e palestras.	Realizando junto com a equipe os encontros voltados a dirimir observações sobre a estrutura do programa.	Tomando decisões unilaterais e sem consenso na equipe.	Solicitando as realizações que atendam as expectativas como acordado na diretoria executiva.
Tesoureiro	Caixa	Poucos recursos financeiros. Dificuldades em gestão.	Realizando campanhas entre aos associados para arrecadação de fundos necessários para o início do projeto. Buscando parcerias.	A falta de empenho e atuação no acompanhamento da gestão dos recursos.	Solicitando a realização das etapas conforme o prazo estipulado.

PAINEL 3.6

Ação 3.2 – ESCREVER A AÇÃO

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Presidente	Articulação e autonomia	Sem muita influência na sociedade e baixa militância em movimentos sociais na luta por moradia popular.	Se inserindo nos movimentos populares, dando visibilidade de atuação da entidade.	Não participando efetivamente das atividades dos movimentos sociais.	Esclarecendo que sua atuação política irá fomentar a concretização do projeto que a entidade pretende realizar.

6. Análise de Riscos e Fragilidades

PAINEL 4

Perguntas orientadoras:	Análise da equipe
<p>1- As ações propostas para equacionar os nós críticos podem gerar efeitos indesejáveis?</p>	<p>As ações têm por base principal a mobilização no seio das camadas populares onde os serviços do Estado chegam de forma precária. Os efeitos sociais advindos dessas ações implicam de forma sistemática em mudar a condição social de cidadão e com isso as reações políticas se evidenciam à medida que a união de indivíduos na luta por direitos tutelados pelo Estado e não cumpridos gera momentos de insatisfação e revolta popular, e causa desorientação à ordem hegemônica dos conservadores. Nessa opção causa repressão e intimidação aos que lutam por uma causa específica e que pode provocar opressão, dispersão e fim do movimento. Ocorre também que, uma vez iniciado o processo e se porventura houver uma frustração, o risco de um desgaste à imagem da entidade será inevitável. Um tanto confusa essa resposta, rebuscada.</p>
<p>2- Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos?</p>	<p>O projeto vislumbrado pela entidade encontra obstáculos quase que intransponíveis pela equipe. No âmbito político tem-se uma proposta ousada que vai influenciar diretamente no equacionamento do déficit habitacional no município, algo que afeta interesses do campo político, comercial, financeiro, onde a entidade não tem governabilidade. Já na adequação e implementação técnica, as ações também percorrem o campo jurídico, onde a não adequação às exigências do programa pode gerar a paralisação ou a não execução do projeto.</p>
<p>3- Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser</p>	<p>A capacidade de mobilização e capacitação dos membros da entidade para a</p>

feito para prevenir ou corrigir?	<p>gestão da execução e controle do projeto.</p> <p>A atuação constante de conscientização dos associados sobre a importância da união para a finalidade com foco nas atividades desenvolvidas contribuirá sensivelmente na capacidade de organização e alcance dos objetivos. Com isso a capacitação é o meio providente para corrigir ou prevenir futuros erros na condução do processo.</p>
4- O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	Um estudo otimizado da viabilidade técnica para a adesão ao programa e de sua correlação com o meio social, a adequação financeira da entidade frente ao projeto.
5- Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	Em parte os recursos são disponíveis, haja vista que o projeto parte de uma entidade atuante nas causas sociais e que está envolvida em outros projetos. A grande monta será subsidiada pelo programa do Governo Federal quando da execução do projeto. A contrapartida da entidade contribuirá com os recursos já existentes e com os esforços da equipe em obtê-los.

7. Considerações Finais

O projeto que se vislumbra trata-se de um problema enfrentado por uma entidade da sociedade civil na tentativa de equacionar o déficit habitacional existente em um município com 48.000 habitantes.

Chamada à sua atuação como entidade cidadã, a Associação dos Afrodescendentes resolveu extrapolar o campo de sua atuação e organizar propostas viáveis no atendimento aos que estão inseridos na exclusão social. Diante do alto déficit habitacional no município, surgiu a ideia de criar uma entidade que viesse atender às necessidades habitacionais da população de baixa renda.

A princípio o mote passou a reunir pessoas com ideais comuns, com o objetivo de agregar forças, e através de novas práticas e estratégias de mobilização, buscar alternativas para garantir moradia digna, que é direito de todos (as), através do planejamento e desenvolvimento de projetos para aquisição da casa própria, com base nos programas do Governo Federal voltados à habitação de interesse social.

Tem-se então uma entidade civil sem fins lucrativos, e seus associados que são famílias oriundas de diversos bairros, que unidos lutam pela eliminação do déficit habitacional e por melhorias das condições de vida dos Sem Teto, buscando consolidar a luta pela democracia, solidariedade e a defesa do direito à cidade inclusiva a todos e todas.

Para atingir o seu objetivo, a associação contou com colaboradores diretos e indiretos na elaboração e prática de um projeto estratégico. Elaborou este plano de ação com base nos estudos do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMMVE), no seio da própria entidade em conjunto com sua diretoria executiva, tudo para traçar objetivos na intenção de viabilizar a adesão e conseqüentemente a execução do projeto.

A possibilidade de aprofundamento que dê a continuidade na gestão da execução do programa, provavelmente se dará com um trabalho técnico social que é exigência maior do programa governamental e que atenderá as famílias livrando-as do peso sentimental pela falta de uma moradia própria.

A relevância do trabalho realizado é a de que possa solucionar a falta de interesse na adesão ao programa e ter experiências que servirão como base para outras entidades acolher como exemplo orientador, e assim trilhar no caminho para obtenção dos recursos do programa para realizar a construção das moradias populares.

8. Referências bibliográficas

LUCIO, Aduino Cardoso. O programa Minha Casa Minha Vida e Seus Efeitos Territoriais. Rio de Janeiro, 2013.

Portal, Ministério das Cidades, disponível em:

<http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv/modalidades/mcmv-faixa-1-entidades>

Portal, Ministério das Cidades, disponível em:

<http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/habilitacao-de-entidades>

Portal, Caixa Econômica Federal, disponível em:

http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/entidades/entidades-como-participar.asp#

Apêndices

PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 DADOS DA CONTRATAÇÃO

Programa: MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES	Contrato Caixa nº0443703-63
	Fonte de Recursos: FDS (Fundo de Desenvolvimento Social)
Ação/modalidade: Construção em terreno de propriedade da Entidade Organizadora.	
Nome do Empreendimento: Conjunto Habitacional José Benedito Catarino	
Endereço de acesso: Rua Gralha Azul, - Rodovia PR160 - Município/UF: Cornélio Procópio- PR	
Responsável pela elaboração dos projetos: ASSOCIAÇÃO PRÓ-MORADIA CPNJ:09.463.603/0001-02	
Executor da intervenção: Associação Pró- Moradia de Cornélio Procópio.	
Regime de Produção da Obra: Administração direta - AUTOGESTÃO	
Total de unidades: 238 Unidades Habitacionais	Valor para elaboração do PTTS R\$63.768,11

VALOR DA INTERVENÇÃO DO 1º. MÓDULO (238 UH HORIZONTAIS)

Composição do Investimento	Obras	PTTS	TOTAL
Repasse/Financiamento	R\$ 15.237.950,00	R\$232.050,00	R\$ 15.470.000,00
Contrapartida (Financeira)	-		
Contrapartida (serviços)	-		
TOTAL	R\$15.237.950,00	R\$ 232.050,00	R\$15.470.000,00

2. EXECUÇÃO DO PTTS

2.1 RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Área Gestora do Trabalho Social: Associação Pró-Moradia CNPJ: 09.463.603/0001-02	
Responsável Técnico Social: Juliana Alves Grocholski	Formação: Pedagogia
Tel.: (043) 96062707	E-mail: jupedagoga2005@hotmail.com

2.2 PRAZOS E REGIME DE EXECUÇÃO DO PTTS

Prazo de Obras	Prazo do PTTS	Forma de execução do PTTS				
24 meses	30 meses	Direta	X	Indireta		Ambas
Empresa responsável pela elaboração do PTTS: Autogestão /Associação Pró-Moradia.						

